



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TATIANE DANIELA SOUZA SOSA

A INSERÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Florianópolis (SC),
Agosto 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TATIANE DANIELA SOUZA SOSA

A INSERÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

Monografia elaborada como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro.

Florianópolis (SC),
Agosto 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sosa, Tatiane Daniela Souza
A inserção da criança com deficiência na educação infantil
/ Tatiane Daniela Souza Sosa ; orientador, Maria Sylvia
Cardoso Carneiro, 2019.
32 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Educação infantil . 3. Educação
especial. 4. Crianças com deficiência . 5. Núcleo de
desenvolvimento infantil. . I. Carneiro, Maria Sylvia
Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

É vencendo os limites
Escalando as fortalezas
Conquistando o impossível pela fé...

Beno César e Solange de César

Dedico este trabalho a minha mãe, Neusa, minha irmã, Chayanni e a minha orientadora
Maria Sylvia que possibilitou a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por me dar fôlego de vida e força necessária para até esse momento. Agradeço a minha mãe Neusa e minha irmã Chayanni que sempre me incentivaram a estudar, me apoiando para a concretização de todos os meus sonhos. E por todo amor, carinho, cuidado, e educação que me proporcionaram.

Ao meu esposo, Erico, que sempre esteve do meu lado nos momentos bons e ruins, sempre me apoiando para que eu finalizasse este trabalho. E por toda sua dedicação comigo durante a trajetória da realização desse trabalho.

Àqueles amigos que fazem parte da minha família, Anderson, Nilza, Ana Caroline, Jéssica, Letícia, Rosana, os quais estavam ao meu lado me incentivando a ir em frente, orando e me ajudando, na torcida para que eu concluísse essa etapa.

A minha orientadora, Maria Sylvia, que muito admiro e que desde o primeiro instante me acolheu com toda sua atenção e cuidado. Sou grata pela sua confiança, atenção, cuidado, e dedicação, principalmente nos momentos quando surgiram angústias, ansiedades, medos e limitações. Agradeço por ter acreditando em mim, mesmo quando eu não acreditava que pudesse dar continuidade ao trabalho, me dando incentivo e apoio para sempre seguir em frente. Acho que não existem palavras para agradecer por todo seu empenho que fez com que eu concluísse a produção dessa pesquisa.

Agradeço aos profissionais da coordenação pedagógica do NDI por contribuir comigo compartilhando sobre a inserção da criança com deficiência na educação infantil.

Aos membros da banca, por se proporem a leitura de meu trabalho de conclusão de curso e pelas considerações e contribuições.

A todos os professores que passaram durante a trajetória da minha vida escolar, desde o ensino fundamental ao superior, me proporcionando aprendizagens, e principalmente me fazendo ainda mais acreditar que a educação faz diferença, que o professor pode mudar vida de um aluno. Gratidão por todo conhecimento.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa que discute o processo de inserção da criança com deficiência na educação infantil, com pesquisa de campo no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de uma instituição pública de educação infantil que tem um número significativo de crianças com deficiência. Alguns questionamentos iniciais dessa pesquisa são: Como se dá o acesso das crianças com deficiência na educação infantil, mais especificamente no NDI/UFSC? Como elas são inseridas e acolhidas? O que a instituição estudada prevê como proposta pedagógica para que as crianças com deficiência possam participar plenamente de todas as atividades? A pesquisa teve abordagem qualitativa na forma de estudo de caso, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, bem como entrevista semi-estruturada com a coordenação pedagógica do NDI/UFSC. A pesquisa documental incluiu leis e documentos nacionais, além da proposta curricular do NDI. Foi realizada também uma entrevista semi-estruturada com uma profissional da coordenação pedagógica do NDI, buscando compreender como essas crianças são inseridas nesse espaço educacional, e qual é a proposta pedagógica prevista para o atendimento educacional dessas crianças. Os resultados da pesquisa mostram que o trabalho pedagógico desenvolvido no NDI apresenta condições favoráveis para inclusão das crianças com deficiência na educação infantil.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Educação Especial, Crianças Com Deficiência, Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NDI – Núcleo de Desenvolvimento Infantil

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
OBJETIVOS	13
METODOLOGIA	13
2 O NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA UFSC.....	15
2 1 O trabalho pedagógico com as crianças com deficiência.....	18
3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL	22
3 1 A perspectiva da inclusão escolar na Proposta Curricular do NDI	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28
Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	30
Apêndice B - Roteiro de entrevista com a coordenação pedagógica do NDI	31

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa que discute o processo de inserção da criança com deficiência na educação infantil.

O interesse em pesquisar o tema surgiu em 2015 a partir de uma vivência com uma criança com o diagnóstico de autismo em uma instituição de educação infantil privada. Nessa instituição tive a oportunidade de ser bolsista de estágio não obrigatório, atuando como auxiliar de sala. Essa experiência possibilitou algumas reflexões sobre a participação de crianças com deficiência na educação infantil.

Decidi me aproximar da temática buscando compreender como se dá o processo de inserção da criança com deficiência na educação infantil em uma instituição pública. Além disso, a área da educação especial sempre me despertou interesse, provocando muitas dúvidas, curiosidades e questionamentos como, por exemplo, como as escolas estão acolhendo essas crianças, se existem propostas pedagógicas para crianças com deficiência, quais são os documentos e leis que existem para assegurar os direitos delas.

Todos esses questionamentos aumentaram ainda mais meu interesse sobre a educação das crianças com deficiência.

Durante a minha graduação no Curso de Pedagogia, cursei a disciplina obrigatória Pesquisa em Educação II, que tem como objetivo central elaborar um pré-projeto de pesquisa. Essa disciplina tem o propósito de ajudar os estudantes a visualizar e se aproximar de temáticas para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A elaboração do pré-projeto de pesquisa e a disciplina Políticas e Práticas Pedagógicas Relacionadas à Educação Especial, cursadas no mesmo semestre, me fizeram ampliar ainda mais meus questionamentos, curiosidades, dúvidas, e preocupações, contribuindo e despertando ainda mais meu olhar sobre as crianças com deficiência.

Durante o processo da elaboração do meu pré-projeto defini como objetivo geral da pesquisa compreender como se dá a inserção da criança com autismo na educação infantil. Essa foi a temática de pesquisa definida naquele momento.

Na definição do projeto de pesquisa para a elaboração do TCC, decidi ampliar o olhar para as crianças com diferentes condições de deficiência na educação infantil. Decidi também pela realização da pesquisa de campo no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de uma

instituição pública de educação infantil que tem um número significativo de crianças com deficiência.

Alguns questionamentos iniciais dessa pesquisa são: Como se dá o acesso das crianças com deficiência na educação infantil, mais especificamente no NDI/UFSC? Como elas são inseridas e acolhidas? O que a instituição estudada prevê como proposta pedagógica para que as crianças com deficiência possam participar plenamente de todas as atividades?

Desta forma, busco analisar como se dá esse processo de inserção da criança com deficiência na educação infantil. Para melhor compreensão desse processo, primeiro é preciso entender a importância da educação infantil para o desenvolvimento das crianças.

A educação infantil e suas práticas pedagógicas são importantes para o processo de desenvolvimento das crianças no âmbito educacional, garantindo aprendizagens, sem antecipar conteúdos do ensino fundamental.

As instituições de educação infantil têm como função atender as crianças nas dimensões do cuidar e educar, compartilhando com as famílias as experiências ali vivenciadas.

Sendo assim compreende-se que a educação infantil contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e sua formação. Vigotski (2001) assinala que a aprendizagem e o desenvolvimento são processos atrelados desde o nascimento da criança e ressalta que “o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (p.114).

Muitas crianças passam a jornada de no mínimo quatro horas diárias ou em tempo integral em instituições de educação infantil. Durante esse tempo que a criança permanece nesse espaço ela está em processo de desenvolvimento em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil afirmam, a criança é entendida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Sabe-se que a educação gratuita e de qualidade é um direito garantido por lei a todos os sujeitos. Isso pressupõe que todos os sujeitos devem ser atendidos respeitando suas necessidades e especificidades.

Os principais documentos que asseguram esse atendimento são a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Mais especificamente sobre o trabalho com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), de 2009.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Outro documento que assegura o direito de acesso à educação é o ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. O Capítulo IV, Art. 54, inciso IV desta Lei, que trata do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, assegura “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1990).

A LDBEN, no Título III (Do Direito a Educação e do Dever de Educar), Art. 4º, inciso IV, também assegura o “atendimento gratuito em creches e pré-escolas as crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1996).

Desta forma, os documentos acima citados se referem especificamente à infância e garantem a todas as crianças o direito de ter acesso à educação.

Apresento brevemente algumas características e objetivos da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, a partir dos documentos DCNEI (BRASIL, 2009) e Proposta Curricular do NDI volume 1 (UFSC, 2014).

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches e pré-escolas e tem como finalidade o cuidar e o educar, garantindo processos de aprendizagem, que são fundamentais no desenvolvimento da criança.

O dever do Estado é garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, por isso existem leis e documentos que asseguram o atendimento às necessidades das crianças da educação infantil. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) definem:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em

jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

A educação infantil, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento, possibilita os processos de construção do conhecimento, mediante procedimentos didáticos e propostas pedagógicas adequadas às necessidades de todas as crianças.

Além disso, o documento DCNEI indica que a Educação Infantil deve ter como eixos norteadores as interações e brincadeiras para garantir experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
 - Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
 - Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
 - Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
 - Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
 - Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
 - Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
 - Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
 - Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança teatro, poesia e literatura;
 - Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
 - Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
 - Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.
- (BRASIL, 2009 p. 25, 26, 27).

Portanto, é de suma importância que todas as crianças tenham acesso às creches e pré-escolas, onde são oportunizados processos de desenvolvimento, aprendizagem,

interações e troca das experiências por meio de brincadeiras e da relação com os outros sujeitos.

O foco da minha pesquisa é compreender como se dá a inserção da criança com deficiência na educação infantil. Sendo assim, para melhor compreensão trago como exemplo o NDI¹ para entendermos como ocorre esse processo de acolhida da criança com deficiência em uma instituição pública de educação infantil. É importante dizer que não estou afirmando que a inserção da criança com deficiência ocorre da mesma forma em todas as unidades de educação infantil, até porque o NDI apresenta uma realidade diferenciada em relação a outras instituições públicas no que se refere ao número de crianças por turma e número de profissionais, e na organização do espaço físico, equipe multiprofissional voltada ao atendimento integral das crianças, entre outras particularidades.

Porém procuro trazer o máximo possível de informações que vão me ajudar a entender as minhas perguntas de pesquisa, trazendo como exemplo de instituição o NDI, por ser uma instituição pública federal. Para ajudar a compreensão desse processo, resalto alguns pontos importantes da proposta curricular do NDI.

De acordo com a Proposta Curricular do NDI (UFSC, 2014), os objetivos gerais e específicos da educação infantil são:

- Possibilitar condições para o desenvolvimento integral da criança como sujeito de direitos, por meio da apropriação e ampliação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, considerando as especificidades da infância e a singularidade de cada criança.
- Contribuir para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas da criança, considerando as especificidades de cada estágio de seu desenvolvimento.
- Possibilitar à criança, como ser social, a apropriação dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade, por meio de vivências nas diversas áreas do conhecimento.
- Promover para as crianças vivências com narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais.
- Assegurar o direito da criança à proteção, à saúde, ao bem estar, à higiene e aos cuidados pessoais.
- Assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, que inclui o planejamento, as mediações, as intervenções, os registros, as observações e o processo avaliativo.
- Desenvolver os princípios Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao

¹ No Capítulo 2 serão apresentadas mais informações para uma melhor caracterização do NDI.

meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009).

- Desenvolver a convivência democrática entre as diferenças sociais, étnico-raciais, de gênero, entre outras.

- Promover o diálogo aberto e contínuo com as famílias ou responsáveis das crianças, considerando suas necessidades, contextos de vida, costumes e valores culturais (BRASIL, 2009). (UFSC, 2014, p. 67-69).

Por tudo que foi apresentado até agora, entende-se que é importante para todas as crianças estarem inseridas no âmbito educacional, compreendendo-se que os objetivos da educação infantil impulsionam tanto o processo do desenvolvimento quanto a aprendizagem de todas as crianças.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dá a inserção da criança com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC.

Os objetivos específicos são:

- Compreender como se dá o ingresso da criança com deficiência no NDI.
- Identificar as propostas pedagógicas que a instituição prevê para essas crianças.
- Conhecer os espaços físicos e recursos humanos que a instituição oferece para o atendimento das crianças com deficiência.

METODOLOGIA

Para dar conta dos questionamentos e objetivos da pesquisa, me propus neste estudo a fazer uma pesquisa qualitativa na forma de estudo de caso no NDI, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental, bem como entrevista semi-estruturada com a coordenação pedagógica do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

A pesquisa qualitativa pode ser definida como um tipo de investigação voltada para aspectos qualitativos de um determinado objeto. É caracterizada por SILVA,

SILVEIRA (2008) como “compreensiva [...], humanista bem adaptada para análise minuciosa da complexidade, [...] sensível ao contexto no qual ocorrem os eventos estudados” (p.152).

André (2013, p.97) afirma que, para Stake (1994) “o que caracteriza o estudo de caso qualitativo não é um método específico, mas um tipo de conhecimento”. Para Stake (1994 *apud* André, 2013, p. 97): “Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”.

O estudo de caso foi realizado no NDI que é uma instituição de educação infantil pública, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo André:

Estudos de caso podem ser usados em avaliação ou pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural. Na perspectiva das abordagens qualitativas e no contexto das situações escolares, os estudos de caso que utilizam técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas possibilitam reconstruir os processos e relações que configuram a experiência escolar diária (ANDRÉ, 2013 p. 97).

Estando ciente de que o estudo de caso feito em uma instituição não é representativo de todas as instituições de educação infantil, entendo que essa pesquisa pode dar visibilidade ao modo como uma instituição de educação infantil pública, vinculada a uma universidade federal, se organiza para trabalhar com crianças com deficiência.

Com a pesquisa bibliográfica, tive acesso a leituras que me deram apoio para compreender melhor a temática da pesquisa. Segundo Gil (1996), o levantamento bibliográfico se caracteriza por pesquisa elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com materiais disponibilizados na internet.

A pesquisa documental incluiu leis e documentos nacionais, além da proposta curricular do Núcleo de Educação Infantil (NDI). Tais documentos permitiram que eu contextualizasse a educação infantil como primeira etapa da educação básica e seus objetivos. Contribuiu também para que eu compreendesse o que está previsto, em nível nacional, para o atendimento educacional a crianças com deficiência na educação infantil.

Foi realizada também uma entrevista semi-estruturada com uma profissional da coordenação pedagógica do NDI, buscando compreender como essas crianças são

inseridas nesse espaço educacional, e qual é a proposta pedagógica prevista para o atendimento educacional dessas crianças.

2 O NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DA UFSC

Apresentarei brevemente a estrutura e a organização do NDI, de acordo com informações da Proposta Curricular, do site do NDI e da entrevista realizada com uma profissional da coordenação pedagógica da instituição.

Sobre a criação do NDI, a Proposta Curricular do NDI destaca que:

[...] já em sua gênese, o atendimento às crianças encontrava-se associado à pesquisa e à extensão: bolsas de trabalho/extensão para acadêmicos de diferentes cursos de graduação, sobretudo do curso de Pedagogia; observações e pesquisas desenvolvidas por professores e acadêmicos que tinham como foco a educação infantil, psicologia e áreas afins (UFSC, 2014, p. 72 – 73).

O NDI situa-se no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, em Florianópolis – SC.

Foi fundado em 1980 e atende crianças de 0 a 5 anos de idade. O atendimento é parcial com carga horária de 4h 50min. O horário matutino da entrada funciona das 7h20min às 8h10min e saída das 11h20min às 12h10min. No horário vespertino, a entrada é das 13h20min às 14h10min e a saída, das 17h20min as 18h10.

A estrutura administrativa é composta por: colegiado, direção, secretaria escolar, coordenação administrativa, coordenação pedagógica, coordenação de estágio, pesquisa e extensão, coordenação do serviço de atenção à saúde.

Quanto aos profissionais, a instituição tem: 22 professores de educação infantil, uma professora de artes, uma professora educação física, 6 auxiliares de creche, 2 Pedagogas, uma pedagoga de educação especial, uma psicóloga, uma assistente social, 3 enfermeiras, 1 técnica de enfermagem, uma nutricionista, 1 técnico administrativo e profissionais terceirizados (limpeza, lavanderia, cozinha e vigilância). O NDI também conta com 30 estudantes de diferentes cursos de graduação que fazem estágio curricular não obrigatório. Esses estagiários atuam em conjunto com os professores em cada grupo de crianças. Cada grupo dispõe de três adultos para trabalhar com as crianças: o professor regente, responsável pelo grupo e dois estagiários. Em alguns grupos o professor é auxiliado por um estagiário e uma auxiliar de creche. Além dos estagiários que atuam nos grupos, cada módulo conta com um estagiário volante, que atende aquele módulo especificamente. Destaco que atuação dos estagiários junto aos professores em todas as turmas é um dos diferenciais do trabalho pedagógico no NDI.

A estrutura física é composta por quatro blocos. No Bloco I funcionam três salas de aula, sala de artes; no Bloco II funciona o setor administrativo e pedagógico do NDI, a biblioteca infantil coletiva, a sala de educação física e a coordenação do serviço de atenção à saúde; no Bloco III está o auditório (piso térreo), outras três salas de aula, sala de pesquisa/ estudo para adultos, sala dos professores e cozinha experimental infantil; no Bloco IV há duas salas de aula.

O processo de ingresso das crianças no NDI passou por modificações. Até 1994 o ingresso era apenas para crianças filhas de pais ou seus responsáveis vinculados à universidade, utilizando critério socioeconômico. Em 1994 esse critério foi substituído pelo sorteio das vagas respeitando os seguintes percentuais: filhos de estudantes (30%), de técnicos administrativos (40%) e de professores (30%).

Atualmente, depois de muitos debates no NDI e em toda a UFSC, sobre a abertura das vagas existentes para toda a comunidade e não apenas para a comunidade universitária, qualquer criança pode concorrer às vagas do NDI.

A partir do ano de 2014, o ingresso passa a ser por sorteio universal, com reservas de 5% das vagas para crianças com deficiência.

Em outras palavras, a partir de 2014, o ingresso no NDI passa a ser integralmente público.

O Edital Nº 03/NDI/2018 de 31 de outubro de 2018², que torna público, para a comunidade em geral, a abertura das inscrições para o sorteio de vagas para o ano letivo de 2019, prevê que:

2.1 Serão disponibilizadas para o sorteio público 45 (quarenta e cinco) vagas, sendo que destas, 41 (quarenta e uma) destinadas à classificação geral e 04 (quatro) reservadas para crianças com deficiência.

2.2 Serão consideradas crianças com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999, nos artigos 3º e 4º, alterado este último pelo Decreto nº 5296/2004.

2.3 O quantitativo de vagas reservadas a crianças com deficiência segue a recomendação do Ministério Público Federal (IC nº 1.33.000.003569/2014 34³) que determina a reserva mínima em cada grupo de crianças.

² Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2018/10/Edital-03-NDI-UFSC-2019-.pdf> Acesso em: 19 jul 2019.

³ Essa recomendação do MPSC “[...] determina a adoção das medidas administrativas cabíveis para que, nos Editais e concursos para ingresso de alunos no Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI: 1) haja ampla publicidade acerca da abertura de vagas para a sociedade em geral e existência da reserva para crianças com deficiência; 2) seja garantida a inscrição eletrônica sem necessidade de cadastro; 3) seja garantida a possibilidade dos candidatos com deficiência inscreverem-se para as vagas de reserva (lista especial) e para as vagas de ampla concorrência (lista geral); 4) seja garantida reserva mínima para crianças com deficiência em cada uma das turmas/classes oferecidas pelo

O número de crianças com deficiência no NDI aumentou consideravelmente desde 2014, a partir do primeiro edital com reserva de vagas para essas crianças. Percebe-se que os profissionais passaram a ter um olhar mais atento desde o processo da matrícula até as práticas vivenciadas no cotidiano da instituição.

2 1 O trabalho pedagógico com as crianças com deficiência

A entrevista realizada a partir de um questionário semi-estruturado com uma profissional da coordenação pedagógica do NDI⁴, possibilitou uma melhor compreensão sobre o trabalho pedagógico com as crianças com deficiência na instituição.

Atualmente o NDI atende 216 crianças sendo que 23 têm alguma deficiência. As crianças estão organizadas em 18 grupos. Em cada grupo tem uma professora regente auxiliada por dois estagiários ou um estagiário e uma auxiliar da creche⁵.

Hoje somente uma turma do NDI não tem criança com deficiência matriculada, sendo que em algumas turmas há mais de uma criança com deficiência. Isso acontece em decorrência dos editais do sorteio de vagas que prevêem 5% das vagas para crianças com deficiência.

Na organização do trabalho com as crianças com deficiência, não tem um estagiário específico para a criança. Embora para a organização interna o pedido de bolsa PIBE⁶ considere o número de crianças com deficiência, o trabalho desenvolvido pelos estagiários envolve todas as crianças do grupo.

NDI, abandonando-se a prática equivocada do cálculo do percentual de reserva sobre o número total de vagas/alunos da instituição; [...]"

Desta forma, atualmente o NDI garante a possibilidade dos candidatos com deficiência serem inscritos para as vagas de reserva (lista especial) e para as vagas de ampla concorrência (lista geral).

⁴ O roteiro da entrevista consta no Apêndice B.

⁵ Segundo a coordenação pedagógica, as auxiliares são alocadas conforme a necessidade, visto seu reduzido número para atender todos os grupos.

⁶ O PIBE (PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO) é um programa administrado pelo DIP que define e distribui o número de bolsas de estágio não obrigatório a serem oferecidas no âmbito da UFSC. Atendendo ao disposto na Resolução Normativa nº 73/2016/CUn, ficam reservados 10% das bolsas aos estudantes com deficiência e outros 10% para estudantes que atuem diretamente na promoção de acessibilidade. Nestes casos, a análise e deferimento são efetuados pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), vinculada à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). Fonte: <http://portal.estagios.ufsc.br/programa-de-bolsas-de-estagio/>

Na organização do trabalho não há um adulto específico para a criança com deficiência. Os três adultos do grupo se revezam no atendimento das necessidades das crianças. Mesmo que uma criança precise de alguém o tempo todo com ela para locomoção, higiene, alimentação, não vai ser sempre o mesmo estagiário/auxiliar de sala que vai atendê-la. É feito um revezamento entre os estagiários/auxiliar de sala e a professora do grupo, garantindo que planejamento seja feito executado por todos adultos.

Quanto aos recursos humanos disponíveis para trabalhar com as crianças com deficiência, ingressou recentemente uma pedagoga da educação especial, com formação específica na área. Todos os profissionais e estagiários atuam com as crianças com deficiência. Os professores têm formação em educação infantil. Os estagiários, de diferentes cursos de graduação, chegam para o estágio também sem conhecimentos específicos na área de educação especial. A coordenação pedagógica procura fazer um plano de formação e de acompanhamento do trabalho para garantir que todos tenham alguma formação na área.

Então os estagiários têm uma formação, pelo menos uma vez por ano, contemplando diferentes temáticas, como: desenvolvimento infantil, primeiros socorros, planejamento pedagógico, inclusão de crianças com deficiência, entre outras. Nas paradas pedagógicas ⁷também são organizadas formações com temáticas específicas para professores, outros profissionais e estagiários. Além disso, os estagiários participam também de reuniões periódicas com a coordenação pedagógica e o supervisor acadêmico, que é o professor do curso responsável pelo acompanhamento do estágio curricular não obrigatório. A coordenação pedagógica também organiza reuniões multiprofissionais periódicas com as professoras para discutir questões pontuais específicas referentes a alguma criança com deficiência.

Além das reuniões de supervisão de estágio, acontecem também reuniões mensais entre estagiários e professor. É momento onde eles conversam sobre o planejamento, dão um feedback sobre estratégias utilizadas, trocam sugestões, dúvidas. Ou seja, é mais um momento de formação para os estagiários.

Não existe uma proposta pedagógica diferenciada para as crianças com deficiência. Os princípios que regem a proposta curricular do NDI são para todas as crianças. Nesse sentido, são promovidas ações para dar conta das especificidades das

⁷ As paradas pedagógicas são momentos planejados periodicamente para formação dos profissionais e estagiários do NDI.

crianças. A proposta curricular do NDI fala sobre inclusão e diversidade, com objetivo de garantir uma educação de qualidade para todas as crianças. Assim, as crianças com deficiência podem participar das atividades da educação infantil da melhor maneira possível. Algumas crianças precisam de acessibilidade ao espaço físico, outras crianças precisam da mediação mais específica de alguém. É importante compreender que cada criança tem suas necessidades específicas, tendo ou não deficiência. Sendo assim, procura-se olhar para essas demandas, por isso a ideia do princípio inclusivo.

De acordo com Ferreira *et al* (2014):

[...] a proposta curricular do NDI objetiva a qualidade no atendimento a todas as crianças matriculadas na instituição, a qual se materializa no trabalho pedagógico desenvolvido em parceria com uma equipe multiprofissional. Este trabalho visa atender as crianças, deste nível de ensino, considerando todas as suas peculiaridades. Esta perspectiva inclusiva se relaciona também com as seguintes diretrizes:

- As crianças com deficiência devem ser reconhecidas antes de tudo como crianças, com suas características de idade, gênero, etnia, classe, religião, região. Por isso, constitui-se num equívoco reduzi-las às necessidades educacionais específicas que elas expressam ou às suas características orgânicas e funcionais (Ferreira *et al*, 2014, p. 5-6).

Outro ponto importante que foi destacado pela coordenação pedagógica é a compreensão sobre o diagnóstico das crianças com deficiência. O diagnóstico pode ajudar, pode dar informações importantes para o planejamento, mas não é pré-requisito para a relação pedagógica com essa criança. O adulto precisa estar disponível para essa relação com a criança, sem necessidade de conhecer o diagnóstico. Além disso, precisa compreender também que essa relação pedagógica faz parte do seu trabalho docente.

Os diagnósticos que situam a criança como clientela das políticas de educação especial não devem ser considerados como documentos prescritivos do trabalho pedagógico, mas como informações a serem necessariamente contextualizadas e pensadas a partir da sua participação no cotidiano escolar (Ferreira *et al*, 2014, p. 6).

Garcia (1999), com base em Vygotski, afirma que o diagnóstico pode contribuir para que o professor planeje sua ação pedagógica e proporcione o desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência. Porém, não pode ser compreendido como determinante para identificar a criança ou definir a prática pedagógica.

A educação infantil é um espaço importante para o desenvolvimento de todas as crianças. É fundamental que as crianças com deficiência também estejam nesses espaços, tanto para que elas possam estar no meio social junto com outras crianças da

mesma idade, quanto como um desafio de aprendizagem que promovam desenvolvimento. Talvez se elas estiverem só em espaços exclusivos pra elas, não tenham a oportunidade de desenvolver essas aprendizagens. Além disso, a presença dessas crianças no âmbito educacional também pode promover para outras crianças princípios de convivência com a diferença.

Quanto às necessidades de adequação do espaço físico para torná-lo acessível, as profissionais têm um olhar atento para dar conta disso. A estrutura física da instituição, de quase 40 anos, apresenta algumas barreiras arquitetônicas. Dentro do possível foram feitas algumas adequações, mas nem sempre os recursos financeiros necessários estão disponíveis. Além disso, algumas crianças apresentam necessidades específicas de adaptação de mobiliários e de outros materiais. Nessas situações o NDI conta com a parceria com as famílias e outras instituições.

O trabalho com as crianças com deficiência no NDI é diferente em relação a outras instituições de educação infantil, tanto públicas quanto privadas. Uma das diferenças é a reserva de vaga para crianças com deficiência. Além disso, o NDI é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão dentro de uma universidade. O trabalho pedagógico é organizado para todas as crianças, com um olhar atento às crianças com deficiência.

Destaco também a importância da presença dos estagiários, além das auxiliares de sala, que fazem a diferença no trabalho pedagógico com as crianças, pois atuam em sala três adultos, garantindo um trabalho eficaz e de qualidade para todas as crianças.

É importante ressaltar que todos os profissionais da unidade têm acesso à formação continuada, garantindo ainda mais as reflexões sobre as práticas educacionais.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabe-se que é um direito de todos os sujeitos ter acesso à educação. Para melhor compreendermos o processo educacional, vamos considerar alguns pontos da educação infantil e sua importância para desenvolvimento de todas as crianças.

Considerando que a educação infantil é marcada por uma trajetória histórica, é importante destacar mudanças que foram acontecendo durante essa trajetória, como o reconhecimento da infância como um momento importante para a criança e seu desenvolvimento. Já me referi anteriormente aos documentos que asseguram a permanência de todos os sujeitos nos espaços da educação infantil.

De acordo com Girardi (2013), autores como Rocha (2010) reconhecem as “crianças como seres humanos concretos e reais, pertencentes a contextos sociais e culturais, também constitutivos de suas infâncias” (ROCHA, 2010, *apud* GIRARDI, 2013, p.33).

As crianças estão em constante processo de desenvolvimento, por isso compreende-se que a educação infantil tem um caráter fundamental para o desenvolvimento da criança na sua constituição como um ser humano crítico e reflexivo.

As crianças passam bastante tempo nesses espaços. Desta forma terão a oportunidade de interagir com outras crianças e desenvolver suas manifestações culturais, tendo momentos de brincadeiras, acesso ao conhecimento de forma lúdica, vivências, assim desfrutando de todos os aprendizados.

É importante ressaltar também que durante essa permanência da criança no âmbito educacional, o cuidar e o educar estão presentes de forma indissociável, ou seja, fazem parte do cotidiano da educação infantil e, como já afirmado anteriormente, são fundamentais para o desenvolvimento da criança.

Girardi (2013), apoiada em Rocha e Ostetto (2008), afirma que:

pensar na criança como um ser de direitos é vê-la como um ser que pensa, que se expressa por intermédio de suas múltiplas linguagens, um ser que produz e é produzido numa cultura, mas, para isso, é necessário romper com a visão da criança como um vir a ser (GIRARDI, 2013, p. 33) .

A autora destaca também que, para Rocha e Ostetto (2008), garantir os direitos das crianças é:

[...] caminhar no sentido da quebra de estereótipos e generalizações, rompendo com o modelo ideal, de uma criança sem rosto, abstrata. É construir uma relação pautada no respeito profundo e na afirmação da “criança positiva”, que é capaz, que sabe que tem desejos, vontades e necessidades. É aprender a ver e a ouvir as crianças concretas que estão a nossa frente (ROCHA; OSTETTO, 2008, *apud* GIRARDI, 2013, p. 34).

Ressalto que tudo que foi visto até agora sobre o direito ao acesso à educação infantil, se aplica também às crianças com deficiência, ou seja, elas também têm esse direito assegurado. Hoje existem documentos que asseguram a permanência das crianças com deficiência no âmbito educacional.

Quando me refiro às crianças com deficiência, me apoio no conceito de pessoa com deficiência da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI):

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

É importante ressaltar que a criança com deficiência é um sujeito de direitos mesmo tendo suas particularidades, especificidades, diferenças, ou seja, como todas as crianças, ela é um sujeito em processo de construção de conhecimento.

Apresento dois documentos que asseguram o direito dessas crianças de terem acesso à educação.

Destaco quatro princípios definidos na LDBEN:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

A LDBEN reafirma os princípios da Constituição de 1988, e dá um maior destaque à educação pública e gratuita a todos os educandos. Nessa lei, a Educação Especial é definida no Art. 58 como: “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Nesse mesmo Art. 58, § 3º, está previsto que: “A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...]” (BRASIL, 1996).

A educação especial definida como modalidade de educação preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, possibilitou a presença de um número cada vez maior de educandos com deficiência dentro das salas de aula comuns. A lei prevê também propostas pedagógicas, recursos específicos e apoio especializado para a educação desses educandos.

A partir de 2008, com o lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008), a educação especial passa a ser discutida e organizada em todos os sistemas de ensino por meio desse documento. A PNEEPEI tem por objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns do ensino regular, definindo a educação especial como modalidade transversal aos níveis de ensino em todas as suas etapas, desde a educação infantil até a educação superior.

3 1 A perspectiva da inclusão escolar na Proposta Curricular do NDI

O documento Proposta Curricular do Núcleo de Educação Infantil NDI afirma que um dos desafios da educação infantil é abordar os problemas da diversidade, entendida como “diferenças socialmente significadas, tais como: diferenças raciais e de gênero, deficiência, ser estrangeiro, dentre outras” (UFSC, 2014, p.38). Para tanto propõe:

[...] práticas político-pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade em que as relações entre os seres humanos sejam desprovidas de preconceitos, marcadas pela valorização das diferenças como elemento fundamental para a construção de igualdades coletivas de acesso a direitos e de experiências sociais positivas. (UFSC, 2014, p.38).

Portanto, a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas no NDI está dentro dos eixos norteadores de sua proposta curricular.

A inclusão de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação não é um projeto independente ou paralelo ao conjunto de ações educacionais, ou seja, a inclusão integra os princípios básicos da proposta curricular institucional. Nesse sentido, as ações inclusivas possuem o estatuto de fundamento, tais como os princípios democráticos, a especificidade da infância, o respeito à criança e às suas necessidades, a perspectiva da criança

como ser integral, sujeito de direitos e como ser social (UFSC, 2014, p. 42).

A Proposta Curricular do NDI atende às diretrizes da PNEEPEI, ao considerar que:

O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2008, p. 12).

Ferreira *et al* (2014) destacam a inclusão como princípio do trabalho pedagógico na Proposta Curricular do NDI e afirmam que: “Vivenciar no espaço educativo um ambiente mais igualitário em que não se silenciem as diferenças, mas se amplie o pensar sobre elas abre possibilidade de superação dos preconceitos e desigualdades” (Ferreira *et al*, 2014, p. 2).

Sobre o trabalho pedagógico com as crianças com deficiência na educação infantil, Girardi (2013) destaca que:

é necessário uma análise ainda mais cuidadosa sobre o lugar dos processos de ensino/aprendizagem não só para as crianças com deficiência. Os debates entre diferentes concepções pedagógicas da educação infantil focalizam diferentes posições sobre essa etapa da educação básica: sua função primordial é o cuidar e educar pautado nas interações e brincadeiras, não deixando claro a preocupação com o processos de ensino aprendizagem (GIRARDI, 2013, p. 28).

Penso que a discussão sobre o trabalho pedagógico com crianças com deficiência na educação infantil é importante e necessária, pois defendo que para todas as crianças o processo de ensino/aprendizagem deve ser compreendido como questão central.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central compreender como se dá a inserção da criança com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC. Para alcançar esse objetivo, busquei respostas para as seguintes questões: Como se dá o ingresso das crianças com deficiência na educação infantil, mais especificamente no NDI/UFSC? Como elas são inseridas e acolhidas? O que a instituição estudada prevê como proposta pedagógica para que as crianças com deficiência possam participar plenamente de todas as atividades?

Antes de buscar a entender como se dá a inserção da criança com deficiência na educação infantil, trouxe brevemente algumas considerações sobre educação infantil e educação especial e a perspectiva da inclusão escolar na Proposta Curricular do NDI.

A pesquisa foi realizada a partir da leitura de trabalhos acadêmicos, de leis e outros documentos, como o ECA, a LDB e a proposta curricular do NDI. Foi realizada também uma entrevista com a coordenação pedagógica do NDI, com o objetivo de compreender melhor trabalho desenvolvido na instituição.

Apresento a seguir os principais resultados da pesquisa.

É importante que as crianças com deficiência participem dos espaços educacionais formais, como as instituições de educação infantil. A partir de autores como Vygotski, podemos afirmar a importância de todas as crianças estarem inseridas em ambientes educacionais, para interações com outras crianças da mesma faixa etária, e com a mediação dos adultos, desenvolver seus processos de aprendizagem.

Foi possível compreender que o trabalho com as crianças com deficiência no NDI é diferente em relação a outras instituições de educação infantil, tanto públicas quanto privadas. Uma das diferenças é a reserva de vaga para crianças com deficiência. O NDI é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão dentro de uma universidade. Isso possibilita o acesso a muitos recursos que outras unidades de educação infantil não têm. Destaco a possibilidade de contar com os estagiários de diferentes cursos de graduação, uma equipe multiprofissional, o acesso a diferentes áreas de conhecimento.

Destaco também a importância da atuação dos estagiários, além das auxiliares de sala, que fazem a diferença no trabalho pedagógico com as crianças, pois atuam em sala três adultos, garantindo um olhar atento a todas as crianças.

É importante ressaltar também as formações que são ofertadas a todos os profissionais e estagiários da unidade. Essas formações, além das reuniões periódicas

com a equipe multiprofissional, garantem um trabalho pedagógico organizado para todas as crianças, com um olhar atento às crianças com deficiência.

O trabalho pedagógico desenvolvido no NDI apresenta condições favoráveis para inclusão das crianças com deficiência na educação infantil, Isto se deve, em parte, aos investimentos na equipe multiprofissional, além do comprometimento pedagógico do corpo docente com a garantia da efetivação dos direitos de todas as crianças. Além disto, é importante destacar também que se trata de uma instituição vinculada ao Centro de Ciências da Educação de uma universidade federal. Essa vinculação garante uma estrutura pedagógica que considera o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, é uma estrutura que conta com diferentes ações pedagógicas qualificadas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução N° 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3749-resolucao-dcnei-dez-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10 jul 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 19 Jul 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF : Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 jul 2019.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

FERREIRA, C. A. *et al.* O trabalho de inclusão escolar de alunos com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** : CAP-UERJ. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/35-ferreira_et_al.pdf Acesso em: 19 Jul 2019.

GARCIA, R.M.C. A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições vygotskianas. In: **Revista Ponto de Vista**. Florianópolis: CED/UFSC, 1999, p.42-46.

GIL, A. C. **Como Elaborar projeto de pesquisa**. 3.ed.São Paulo: Atlas, 1996.

GIRARDI, L.R. **O trabalho pedagógico com sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil**. 2013. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

UFSC. NDI. **Proposta Curricular Volume 1**. Florianópolis : NDI-UFSC, 2014. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/projeto-politico-pedagogico/> Acesso em: 19 Jul de 2019.

VYGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villa Lobos. São Paulo: Ícone, 2001, p. 103-118.

Apêndice A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário/a, da pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da UFSC intitulado A INSERÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

A pesquisadora responsável é Tatiane Daniela Souza Sosa, com orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Sylvia Cardoso Carneiro, da Universidade Federal de Santa Catarina. O referido trabalho tem por objetivo compreender como se dá a inserção da criança com deficiência no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da UFSC.

Concordo que minha participação se constituirá em uma entrevista, a ser gravada em áudio, com fornecimento de dados sobre o trabalho pedagógico com crianças com deficiência no NDI.

Compreendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa, e que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando, assim, minha privacidade. Sei que posso retirar meu consentimento quando eu quiser, e que não receberei nenhum pagamento por essa participação.

Nome e Assinatura: _____

Local e data: Florianópolis, _____ de 2019.

E-mail e telefone de contato com a pesquisadora:

tatidaniela@hotmail.com

(48) 999373762

Apêndice B - Roteiro de entrevista com a coordenação pedagógica do NDI

- Como que acontece o ingresso das crianças com deficiência no NDI? Como se dá a matrícula?
- Quantas crianças o NDI atende hoje, e dessas quantas crianças são com deficiência?
- Quantos profissionais a instituição tem?
- Quais recursos humanos estão disponíveis pra trabalhar com crianças com deficiência?
- Os professores recebem alguma orientação pra trabalhar com essas crianças?
- Como se da à participação dos estagiários com as crianças com deficiência?
- Existe uma proposta pedagógica para as crianças com deficiência?
- Como que a instituição entende esse espaço escolar, as atividades pra que essas crianças possam estar participando?